

1 - INTRODUÇÃO

A agricultura tem exercido um papel importante no desenvolvimento econômico brasileiro. O algodão no Maranhão e o café em São Paulo, nos períodos aqui pesquisados, constituem exemplos dessa realidade.

A pesquisa da cotonicultura maranhense, no período 1760 a 1888, e da cafeicultura paulista, de 1886 a 1929, não se reporta ao passado apenas pelo passado, procura entender o que e como essas economias promoveram as duas regiões.

Essas culturas, responsáveis por grandes acumulações de capital, propiciaram diferentes fases de desenvolvimento econômico ocorridos no Maranhão e em São Paulo. O café lançou as raízes da industrialização paulista, enquanto o algodão, embora tenha tido um período próspero, não evitou o declínio econômico maranhense, cuja recuperação só aconteceu a partir de 1920 com o extrativismo do babaçu.

Para se entender o comportamento desses dois ciclos econômicos é importante averiguar as relações de produção ocorridas nessas agriculturas, destacando-se não apenas os sistemas econômicos (mercantilismo e capitalismo), e o tipo de mão-de-obra (escrava e assalariada), bem como as ações das respectivas elites político-econômicas e as políticas daí decorrentes.

A pesquisa está estruturada em mais cinco seções. A segunda aborda teoricamente as relações de produção do algodão maranhense. A terceira analisa essas relações na cultura do algodoeiro no Maranhão no período 1760 a 1888. A quarta trabalha os aspectos teóricos das relações de produção no complexo cafeeiro paulista. A quinta analisa essas relações na cultura do café em São Paulo de 1886 a 1929. As considerações finais constam da sexta seção.

2 - ABORDAGEM TEÓRICA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO DO ALGODÃO MARANHENSE

De 1751 a 1772, o Maranhão vinculou-se administrativamente ao Estado do Grão-Pará e Mara-

nhão. Com a divisão administrativa de 1772 foi separado e sua região passou a ser denominada de Estado do Maranhão e Piauí, condição que perdurou até 1811 quando se tornaram duas capitanias independentes (CHAMBOULEYRON, 2005).

Sua economia despontou com a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, originária de proposta da Câmara de São Luís, em 1752, com o objetivo de explorar o comércio da importação de escravos negros. A proposição foi acatada pelo governador-geral desse Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que a encaminhou ao seu irmão, o ministro do governo português, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. O governante metropolitano encampou a idéia, ampliou seus objetivos e deu o monopólio do comércio da Região Norte do Brasil a um grupo de comerciantes portugueses, diminuindo a dependência de Portugal em relação aos ingleses (MEIRELES, 2001).

A companhia introduziu mão-de-obra africana, melhores técnicas agrícolas e crédito, variáveis que impulsionaram a agricultura, principalmente o algodão, matéria-prima fundamental para a indústria têxtil inglesa, que nesse momento deixara de contar com a produção norte-americana em virtude da declaração da independência das treze colônias inglesas, em 1776.

Entre 1760 e 1771, as exportações de algodão passaram de 651 para 25.473 arrobas. O movimento de navios no porto de São Luís, inicialmente de três, atingiu 26 em 1788 (GAIOSO, 1970). Em 1780, o algodão respondia por 24% das exportações do Brasil Colônia, superado apenas pelo açúcar, que liderava com 34% (PINAZZA e ALIMANDRO, 2000). A força da economia brasileira nesse período pode ser avaliada quando comparada às exportações dos Estados Unidos. Ali, as exportações para a Inglaterra foram de 1,7 milhão de libras, em 1774, valor que correspondia a 70% do total das exportações brasileiras (NORTH, 1966).

É bastante provável que a economia colonial brasileira possuísse um tamanho e uma diversificação bem maiores que a dos Estados Unidos; teria sido a maior economia do Novo Mundo, feita em três séculos de mercantilismo (CALDEIRA, 1999).